**A NOVA GESTÃO PÚBLICA E O TRABALHO DOCENTE NO BRASIL**

**Autor** Soraia Gomes Araujo Sampaio Pereira

Instituição/Email sol.gasp@hotmail.com

1. **Introdução**

Esta reflexão representa um resultado parcial da primeira etapa de revisão da literatura em pesquisa do Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado Profissional, da Universidade de Brasília, intitulada: “Intensificação do trabalho docente nas séries iniciais de escolas públicas do Distrito Federal”. A Nova Gestão Pública (NGP) representa uma forma de gestão que busca melhorar a eficiência, reduzir custos e aumentar a eficácia na prestação de serviços públicos. Esse modelo surgiu em contraposição à gestão burocrática que era considerada cara, lenta e pouco eficiente nas décadas de 1970 e 1980. Dessa forma, tendo como modelo o modo competitivo de gestão das empresas privadas, foram sendo implementadas reformas em diversas áreas da administração pública, inclusive no campo da educação. No entanto, a chamada Nova Gestão Pública (NGP) traz ao mundo do trabalho uma configuração que, enaltecendo o individualismo, incentiva a competição e fragiliza os vínculos das relações de trabalho. Tolentino-Neto (2023, p. 29) observa que “conceitos como o de “eficiência” e “produtividade” são um vocabulário que se distancia dos ideais democráticos da educação”. Oliveira (2021, p. 275) analisa que “sob o argumento da racionalidade técnica e de atribuir maior eficiência ao setor público, (as reformas) introduziram mecanismos de gestão e organização no sistema educacional que corroboram para a deterioração das condições de trabalho, da carreira e da remuneração dos docentes.”. Este resumo expandido tem como objetivo refletir sobre as mudanças no contexto do trabalho docente brasileiro diante das reformas educacionais implementadas no Brasil desde a década de 1990, segundo os princípios da Nova Gestão Pública em um ambiente de capitalismo neoliberal.

1. **Metodologia**

O presente estudo consiste em uma revisão narrativa da literatura sobre o Trabalho Docente, dentro das perspectivas e análises desenvolvidas principalmente por Oliveira (2021) e Tolentino-Neto 2023). Como parte dos estudos iniciais de uma pesquisa com o foco na Intensificação do Trabalho Docente em séries iniciais de escolas públicas no Distrito Federal, a partir de observações de situações de intensificação e precarização do trabalho docente em escolas de ensino fundamental, foi feita uma análise temática literária visando compreender o contexto mais amplo das mudanças recentes que estão impulsionando estes fenômenos. Assim chegou-se aos princípios da Nova Gestão Pública como propulsora das mudanças que têm causado a intensificação do trabalho docente de forma crescente nos últimos anos.

1. **Resultados/Discussões (se for o caso)**

Os princípios da NGP inspiraram reformas e mudanças na forma de pensar e gerenciar a educação mundial e nacional em busca de maior eficiência com menores gastos, seguindo a cartilha neoliberal. A “produtividade”, nesse caso, deveria ser controlada e estimulada competitivamente, assim como no modelo empresarial liberal. Assim, na década de 1990, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Básica, SAEB, que aos poucos se modificou e ampliou para avaliar diversas etapas escolares por todo o Brasil. Na esteira do SAEB, foi instituída a Base Nacional Comum Curricular, que padroniza os currículos nacionalmente; e criados sistemas de responsabilização de professores e escolas pelos resultados de desempenho dos estudantes nas provas, inclusive em alguns casos, com premiações em dinheiro para os “melhores” nos rankings criados para divulgação dos resultados. No entanto, essa nova forma de gerenciar a educação carrega em si diversas contradições e implicações, a começar pelo fato de não considerar a imensa diversidade existente nas regiões e realidades brasileiras. O modelo de competitividade dificulta a que professores, educadores, pais e comunidades colaborem em busca de soluções para problemas diversos. De outra forma, as mudanças trouxeram para o trabalho docente uma maior complexidade, ao mesmo tempo que uma menor autonomia para gerir suas próprias tarefas na sala de aula. A Oliveira (2004, 2021) analisa as reformas realizadas no Brasil pela Nova Gestão Pública se refletiram em uma “dilatação”, de maneira legal, do que seja o exercício das atividades docentes. Essa situação tem resultado em significativa intensificação do trabalho e precarização das relações de emprego, mudanças que repercutem, também, sobre a identidade e a profissão docente.

1. **Considerações Finais ou Conclusão**

Oliveira observa que “as concepções de carreira docente, as condições de trabalho e até as formas de remuneração têm mudado consideravelmente nas últimas décadas” segundo os conceitos da NGP (2021, p. 293). Neste cenário, “A avaliação tem sido usada em muitos países como um instrumento de regulação do trabalho docente” (OLIVEIRA, 2021, P. 279). A “produtividade” do trabalho escolar não pode ser medida assim como se mede um produto qualquer. O trabalho docente se apresenta como um trabalho complexo, comportando tensões e dilemas importantes, como fatores ambientais, cognitivos, pobreza, violência, condição socioeconômica etc. (TARDIF e LESSARD 2014). O “olhar competitivo, muito próximo das leis do mercado”, que a NGP traz ao ambiente escolar desestimula o discurso da autonomia e amplifica o espaço do discurso da culpabilização docente, de escolas e equipe gestora pelo sucesso ou pelo fracasso do processo educativo medido apenas pelos critérios das avaliações externas (TOLENTINO-NETO, 2023, p. 222). Esse ambiente desestimula ações coletivas em prol de melhorias da qualidade escolar. Além disso, muitas vezes, o aumento do volume de tarefas e as novas exigências chegam às escolas sem o necessário suporte (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009, p. 349). Portanto, ressalta-se a necessidade de estudos e reflexões sobre formas de gestão mais apropriadas ao ambiente escolar, para que a escola possa ser um ambiente mais democrático e propício ao aprendizado estudantil de forma integral. Nesse caso, é imprescindível que os professores tenham boas condições para exercer o seu trabalho.

1. **Referências**

ASSUNÇÃO, A. Á.; OLIVEIRA, D. A. **Intensificação do trabalho e saúde dos professores.** Educação & Sociedade, v. 30, n. 107, p. 349–372, ago. 2009.

OLIVEIRA, D. A. **Políticas educacionais e a reestruturação da profissão do educador: perspectivas globais e comparativas**. [s.l.] Editora Vozes, 2021.

TOLENTINO-NETO, L. C. B. DE. **Avaliações externas na educação básica: contextos, políticas e desafios**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2023.

TARDIF, M.; LESSARD, C. **O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. 8. ed ed. Petrópolis, RJ (Brasil): Editores Vozes, 2013.